

MINISTÉRIO DA CULTURA

SECRETARIA DE CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL

**EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 09, DE 31 DE AGOSTO DE 2023**

**CULTURA VIVA - FOMENTO A PONTÕES DE CULTURA**

**A POLÍTICA DE BASE COMUNITÁRIA RECONSTRUINDO O BRASIL**

**ANEXO 10**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

*(Rubricar todas as páginas)*

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da pessoa responsável pela candidatura), residente e domiciliado(a) em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (endereço residencial do dirigente), portador(a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nº do RG), CPF n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nº do CPF), responsável pela apresentação da inscrição do Pontão de Cultura \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome do Pontão de Cultura), CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, incrito no ( ) Eixo 1 / ( ) Eixo 2 e na Categoria \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da categoria) do referido Edital de Seleção para ampliação e fortalecimento da Política Nacional de Cultura Viva e reconstrução da política de base comunitária no Brasil, **DECLARO**:

1. Ter pleno conhecimento das normas que regem o Edital de Seleção, sendo:
2. **Lei nº 13.018, de 22/07/2014** - Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências;
3. **Instrução Normativa/MinC nº 8, de 11/05/2016** – Regulamenta a Lei nº 13.018/2014;
4. **Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023** - Define os mecanismos de fomento ao sistema de financiamento da cultura;
5. **Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007** - Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais;
6. **Portaria/MinC nº 29, de 21/05/2009** - Dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para concessão de prêmios a iniciativas culturais no âmbito do Ministério da Cultura;
7. **Lei nº 8.313, de 23/12/1991** - Estabelece os princípios da Lei n° 7.505, de 02/07/1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências, com destaque para o artigo 1º (finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC);
8. **Decreto 10.755, de 26/06/2021** - Regulamenta o PRONAC (Lei nº 8.313/1991);
9. **Lei nº 12.343, de 02/12/2010** - Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e dá outras providências, atentando para em qual das metas do PNC se enquadra a proposta;
10. **Lei nº 13.146, de 06/07/2015** - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); e
11. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) / ONU** - Estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para o atingimento da Agenda 2030 no Brasil.
12. Estar ciente dos meus direitos, deveres e procedimentos definidos pelos atos normativos que regem o Edital de Seleção, zelando pela observância das suas determinações;
13. Estar ciente de que as informações e documentos apresentados neste processo seletivo são de minha inteira responsabilidade, sendo a expressão da verdade;
14. Autorizar o Ministério da Cultura a publicar e divulgar, mediante reprodução, distribuição, comunicação ao público e quaisquer outras modalidades de utilização, sem quaisquer ônus, por tempo indeterminado, os conteúdos da inscrição, do Termo de Compromisso Cultural e do projeto cultural;
15. Estar ciente e de acordo que a publicação e divulgação das matérias poderão ser realizadas inclusive em universidades, escolas, seminários, congressos, outros eventos e na mídia em geral, no Brasil e no exterior, observadas as legislações vigentes de cada país;
16. Não me enquadrar em quaisquer das vedações dispostas no Edital de Seleção, principalmente quanto ao disposto em seu item 6 – Das Proibições;
17. Receber visita técnica e/ou participar de reunião, com a missão de acompanhar e monitorar a execução e os resultados Termo de Compromisso Cultural, caso a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural considere apropriado;
18. Divulgar em todas as peças de divulgação e comunicação e nas ações culturais realizadas, promocionais ou não, relacionadas ao recurso do prêmio, o nome da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural e do Ministério da Cultura, de acordo com o Manual de Uso da Marca do Governo Federal, bem como mencionar o apoio recebido em entrevistas e outros meios de comunicação disponíveis;
19. Estar ciente de que as peças de divulgação relacionadas ao Termo de Compromisso Cultural deverão ter caráter educativo, cultural, informativo ou de orientação social e não poderão trazer nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
20. Não existir plágio no projeto selecionado, assumindo integralmente a autoria e respondendo exclusivamente por eventuais acusações ou pleitos nesse sentido;
21. Realizar o projeto selecionado em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado no sistema Transferegov;
22. Possuir Capacidade Gerencial, Técnica e Operacional para o desenvolvimento e execução das atividades previstas no Plano de Trabalho, parte integrante do Termo de Compromisso Cultural, não ser mero intermediário na execução do projeto em epígrafe, e estar apto à execução do objeto na forma proposta;
23. Não ter projetos vigentes ou em análise com o mesmo objeto e/ou despesas semelhantes às pleiteadas nesta proposta em qualquer esfera do governo;
24. Que os valores expressos no Plano de Trabalho são compatíveis com os praticados no mercado local/regional, de acordo com o parâmetro de preço indicado, e que haverá verificação prévia de preços, em observância aos procedimentos de contratação para instituições privadas sem fins lucrativos, atendendo-se à Lei 13.018/2014 de 22 de julho de 2014, à IN/MinC nº 8 de 11 de maio de 2016 e aos princípios da administração pública;
25. Respeitar a legislação pertinente referente à Leis Ambientais Brasileiras, mais especificamente à relacionada aos possíveis impactos ambientais (Art. 1º, da Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986) para a execução do objeto da proposta e, ainda, realizar a coleta seletiva de todos os resíduos produzidos (Resolução Conama nº 275, de 25 de abril de 2001) e a limpeza do espaço físico durante e após o período de realização das ações previstas;
26. Realizar todas as intervenções e serviços que se fizerem necessários para promover a acessibilidade cultural e a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida e pessoas com deficiênciadurante as ações propostas, garantindo ainda exibições audiovisuais, se houver, que disponham de recursos de legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais;
27. Disponibilizar livre acesso à população beneficiada para todas as ações propostas no projeto;
28. Sobre os bens remanescentes, que:
29. Os bens patrimoniais adquiridos com os recursos de despesa de capital do Termo de Compromisso Cultural deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da entidade cultural durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à Administração Pública.
30. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da entidade cultural, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização; e
31. Na hipótese de extinção da entidade cultural após a vigência do instrumento celebrado, será aplicada Cláusula do Estatuto Social.
32. Estar ciente de que, caso não possua equipamento(s) multimídia direcionado(s) à cultura digital, em adequadas condições de manutenção e funcionamento para o uso na execução do projeto selecionado durante a realização das ações propostas e da prestação de contas, assim que necessário, será previsto a aquisição com recursos de capital e ou a locação de equipamentos com recursos de custeio no Plano de Trabalho para este fim.
33. Estar ciente de que qualquer inexatidão dos itens informados acima implicará na rescisão do instrumento que vier a ser celebrado e me sujeitará às penalidades previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis.

(Local e data) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_/ 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

(Responsável Legal da Entidade Cultural)

NOME COMPLETO